

Sumário

1. O princípio constitucional da Soberania	1
1.1. A soberania como princípio fundamental constitucional estruturando de forma ampla e abrangente a interpretação do sistema normativo de nosso País.....	1
1.2. A soberania nacional em face do princípio da independência nacional: o direito à autodeterminação do povo brasileiro estabelecido por nossa Constituição Federal	8
1.3. A soberania nacional como princípio geral da atividade econômica estabelecido em nossa Constituição Federal.....	11
1.4. A soberania como o direito de decidir, independentemente de influências estrangeiras, sobre o desenvolvimento social: o piso vital mínimo.....	13
1.5. A soberania como o direito de decidir, independentemente de influências estrangeiras, sobre o desenvolvimento cultural	19
1.6. A soberania como poder que emana do povo e sua efetividade: o princípio da legalidade	20
1.7. O direito do povo à soberania e a liberdade de decidir, independentemente de influências estrangeiras, sobre sua forma de governo, seu sistema de governo e o seu desenvolvimento econômico, social e cultural (independência nacional) em face dos tratados ou convenções internacionais	22

2. As empresas como atividades econômicas e seu balizamento constitucional em face dos princípios constitucionais vinculados ao nosso desenvolvimento econômico: a defesa do meio ambiente como princípio geral da atividade econômica em face da orientação do Supremo Tribunal Federal (ADI 3540) e seus reflexos no sistema normativo	27
2.1 As empresas como atividades econômicas e seu balizamento constitucional.....	27
2.2. A defesa do meio ambiente como princípio geral da atividade econômica em face da orientação do Supremo Tribunal Federal (ADI 3540) e seus reflexos no sistema normativo.....	31
3. Defesa do meio ambiente como princípio geral da atividade econômica e seus reflexos em face do balizamento normativo que condiciona a atuação das empresas transnacionais no Brasil	37
3.1. Empresas transnacionais	37
3.2. As empresas transnacionais e seu enquadramento jurídico em face do direito constitucional brasileiro	47
3.3. A empresa transnacional como atividade prevista no âmbito da ordem econômica constitucional: o conceito de atividade e sua vinculação aos princípios fundamentais da Carta Magna.....	53
3.4. A empresa transnacional como atividade prevista no âmbito da ordem econômica constitucional: sua vinculação ao princípio da soberania.....	57
3.4.1. Os reflexos do princípio da soberania em face das empresas transnacionais: sua vinculação ao princípio dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.....	65
3.4.2. Os reflexos do princípio da soberania em face das empresas transnacionais: sua vinculação aos princípios fundamentais relacionados ao objetivo de construir uma sociedade livre, justa e solidária, garantia de desenvolvimento nacional,	

erradicação da pobreza e marginalização, redução das desigualdades sociais e regionais e promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação 72

3.4.3. Os reflexos do princípio da soberania em face das empresas transnacionais: princípio da legalidade 75

3.5. A empresa transacional como atividade prevista no âmbito da ordem econômica constitucional em face das normas gerais de direito econômico estabelecidas pela Constituição Federal (Art. 170 e segs. da Constituição Federal)..... 78

3.6. A empresa transacional em face das normas gerais de direito econômico estabelecidas pela Constituição Federal e o princípio da defesa do meio ambiente (Art. 170, VI da Constituição Federal) .. 83

3.7 A defesa do meio ambiente (CF, art. 170, VI), traduzida em face de seu conceito amplo e abrangente das noções de meio ambiente natural, de meio ambiente cultural, de meio ambiente artificial e meio ambiente laboral: a relação jurídica ambiental e o uso dos recursos ambientais (bens ambientais) como matéria prima.....93

3.7.1 A empresa transacional em face da relação jurídica ambiental... 95

3.7.2. O Brasil como uma economia de recursos ambientais e o uso lícito de referidos recursos pelas empresas transnacionais em face do direito ambiental constitucional brasileiro 98

3.7.3. O Brasil como uma economia de recursos ambientais e o uso lícito de referidos recursos pelas empresas transnacionais em face do direito ambiental constitucional brasileiro. O bem ambiental criado pela Constituição Federal de 1988 como terceiro gênero de bem e a contribuição dada pela doutrina italiana em face da análise dos direitos metaindividuais 106

3.7.4. Os bens ambientais em face de sua estrutura jurídica constitucional: bens essenciais à sadia qualidade de vida e de uso comum do povo.....	137
3.7.5 Bens essenciais à sadia qualidade de vida: Piso Vital Mínimo e a “tese” da “reserva do possível” (Der Vorbehalt des Möglichen)	140
3.7.6. Bens de uso comum do povo.....	143
3.7.7. Soberania, Segurança nacional e o uso de recursos naturais/ recursos ambientais pelas empresas transnacionais em face do direito ambiental constitucional brasileiro	144
3.7.7.1. Bens ambientais no Estado Democrático de Direito e Segurança Nacional.....	144
3.7.7.2. Agressão estrangeira aos bens ambientais e o Sistema Nacional de Mobilização (lei 11631/07)	146
3.8. A defesa do meio ambiente (Art. 170, VI da CF) em face da soberania ambiental e a atuação das empresas transnacionais vinculada à obediência do direito ambiental constitucional	148
3.8.1. A cláusula constitucional proclamadora do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como essencial à sadia qualidade de vida da pessoa humana e a orientação do Supremo Tribunal Federal no que se refere à atividade econômica e seu exercício em harmonia com os princípios destinados a tornar efetiva a proteção ao meio ambiente.....	148
4. Soberania constitucional e as empresas transnacionais em face dos denominados acordos internacionais vinculados ao meio ambiente	159
4.1. Tratado da Antártica e Protocolo de Madrid.....	161
4.2. Convenção sobre a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos	163

4.3. Convenção para a Conservação das Focas Antárticas.....	163
4.4. Convenção sobre Diversidade Biológica	167
4.5. Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima...	170
4.6. Protocolo de Kyoto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima	175
4.7. Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima	176
4.8. Tratado sobre a Não Proliferação de Armas Nucleares.....	180
4.9. Convenção Internacional de Combate à Desertificação nos Países afetados por Seca Grave e/ou Desertificação, Particularmente na África	181
4.10. Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção – CITES	183
4.11. Convenção sobre a Proibição do Uso Militar ou Hostil de Técnicas de Modificação Ambiental.....	184
4.12. Convenção sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito (Convenção de Basileia)	185
4.13. Acordo para Implementação das Disposições da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.....	191
4.14. Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio e do Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio.....	192
4.15. Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição Causada por Navios	194

4.16. Acordo Internacional de Madeiras Tropicais.....	195
4.17. Convenção sobre Zonas Úmidas	212
4.18. Convenção Internacional para Regulamentação da Pesca da Baleia	213
Bibliografia/Referências.....	215